

## Artigo

# O “Left Turn” e as participações políticas nacionais na América Latina: reflexões e diferenças<sup>1</sup>

*The “Left Turn” and national political participation in Latin America: reflections and differences*

**Thales Torres Quintão**

Doutorando em Ciência Política pela UFMG

Pesquisador do || MARGEM || Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça da UFMG

thalestq@hotmail.com

**Resumo:** Diante da ascensão da esquerda da América Latina ao poder, ocorrida predominantemente no início dos anos 2000, busca-se analisar como se deu o fomento à participação política, bem como à ampliação dos espaços decisórios e à modificação das estruturas de autoridade nos governos de esquerda. Examina-se, portanto, o processo de adoção das políticas nacionais de participação em quatro países: Brasil, Venezuela, Uruguai e Bolívia. Tem-se que as políticas participativas foram implementadas de maneiras distintas, com diferentes modelos relacionais entre o Estado e a sociedade. Diante disso, foi desenvolvida uma tipologia com base em três categorias analíticas acerca da promoção da participação predominante nesses quatro países: concepção e dinâmica da participação; envolvimento da sociedade civil; e sua forma e configuração. Procura-se distinguir as razões e os eventos analíticos processuais que justificam a posição de cada país nesses espectros de tipos-ideais. Tal distinção se baseia, sobretudo, na forma de chegada ao poder do partido de esquerda; no sistema partidário do país em questão; nos vínculos e nas bases sociais estabelecidos pelos respectivos partidos, dentre outros. Por fim, apresenta-se novas agendas de pesquisa a respeito do campo da participação política na América Latina, sobretudo para a relação que esse campo opera para dentro do Poder Legislativo e a ideia de representação política nele inserido; além da necessidade de desenvolver novos estudos acerca dessa temática ao obser-

---

<sup>1</sup> Esse *paper* é originário do trabalho final para uma disciplina da pós-graduação em Ciência Política da UFMG, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Ranulfo, a quem agradeço pelo aprendizado e as discussões durante os momentos de sala de aula, e pelos artigos indicados para a construção deste texto. Sou grato também a Thaísa Rodrigues, pela revisão da escrita e da estruturação deste texto. Equívocos e omissões aqui presentes são de minha inteira responsabilidade.

var esse novo fenômeno do “*right turn*” que emerge na região latino-americana.

**Palavras-chave:** Left Turn, Participação política, Governos de esquerda, América Latina.

**Abstract:** With the rise of the left in Latin America to the power, which occurred mainly in the early 2000s, this paper aims to analyze how occurred the promotion of the political participation, as well as the expansion of decision-making spaces, and the changes of the structures of authority in the governments of left. So that, we examine the process of adoption of national policies participation in four different countries: Brazil, Venezuela, Uruguay and Bolivia. The participatory policies have been implemented in different ways, with different relational models between the State and society. Thus, we developed a typology based on three analytical categories, about the promotion of the predominant participation in these four countries: design and dynamic participation; involvement of civil society; and its shape and configuration. We seek to distinguish the reasons and procedural analytical events that justify the position of each country in these ideal-types spectral. This distinction occur mainly in the form of the leftist party came to power, the party system in the country, and linkages and social bases established by the respective parties, etc. Finally, it presents new research agendas regarding the field of the political participation in Latin America. The new research agendas are the relationship that the political participation operates within the Legislative power, the idea of political representation inserted in these democratic innovations, and the need to develop new studies on this theme by looking at this new phenomenon of the “right turn” emerging in the Latin American region.

**Keywords:** Left Turn, Political Participation, Left Governments, Latin America

## 1. Introdução

No início dos anos 2000, a América Latina presenciou uma *onda* de vitórias eleitorais de presidentes mais esquerdistas e, posteriormente, a manutenção desse tipo de ideologia política e programática em mais de uma legislatura. Esse fenômeno, denominado como *left turn*, iniciou-se em 1998, quando Hugo Chávez se tornou presidente da Venezuela e, posteriormente, se estendeu por outros países como: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Uruguai e Venezuela<sup>2</sup> (Quadro 01).

---

<sup>2</sup> Porém, reconhece-se que o “pêndulo” que estava mais inclinado à esquerda na América do Sul, atualmente está se voltando mais ao espectro do centro para a direita. Esse fato pode ser evidenciado pela vitória de Maurício Macri à Presidência da Argentina em 2015, com discurso de campanha em prol da economia e liberdade de mercado; pelas crises políticas sofridas pelo Brasil, com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff; pela Venezuela com fortes protestos sociais contra o Presidente Nicolás Maduro, com a maioria de parlamentares opositores que assumiram a Assembleia Nacional no início de 2016; e pela Bolívia, exemplificado pela rejeição por referendo da possibilidade de Evo Morales se candidatar a um quarto mandato (2020-2025), ocorrido em fevereiro de 2016.

**Quadro 01 – Governos de Esquerda na América do Sul**

País	Presidente	Partido do Presidente	Período
Argentina	Nestor Kirchner	PJ	2003 – 2007
	Cristina Kirchner	PJ	2007 – 2015
Bolívia	Evo Morales	MAS	2006 – atual
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	2003 – 2010
	Dilma Rousseff	PT	2011 – 2015
Chile	Ricardo Lagos	PSCH (Concertación)	2000 – 2006
	Michel Bachelet	PSCH (Concertación)	2006 - 2010 / 2014 - atual
Equador	Rafael Córrea	Alianza PAIS	2007 – atual
Uruguai	Tabaré Vasquez	Frente Amplio	2005 - 2010 / 2015 - atual
	José Mujica	Frente Amplio	2010 – 2015
Venezuela	Hugo Chávez	PSUV	1999 – 2013
	Nicolás Maduro	PSUV	2013 – atual

Fonte: Elaboração própria.

Braga e Amaral (2012), ao fazerem uma revisão da literatura sobre fatores para a emergência de governos de esquerda na região latino-americana, pontuam três motivos principais: 1) a incapacidade do modelo neoliberal em responder às demandas sociais crescentes, colocando o tema da desigualdade social com maior prevalência na esfera pública; 2) a institucionalização da competição eleitoral, com maior aceitação da esquerda pelo método das urnas, em que inicialmente esses partidos obtiveram importantes vitórias eleitorais no plano subnacional, o que acelerou o seu desenvolvimento como organização partidária; 3) a crise econômica ocorrida entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000, o que ajudou na erosão da popularidade dos governos de centro-direita. Além disso, cabe salientar que o fenômeno do boom das *commodities*, em especial o petróleo e o gás, possibilitou principalmente a manutenção da esquerda no poder, por permitir que os partidos obtivessem recursos necessários para governar voltado a esse campo programático, com o aprofundamento dos programas sociais e a ampliação de gastos em um período curto. Isso se deu prioritariamente na Bolívia e na Venezuela (Levitsky e Roberts, 2011a; Weyland, 2010; Madrid, Hunter e Weyland, 2010).

Por governos de esquerda partimos da definição que são aqueles que possuem como prioridade programática a busca por uma maior igualdade socioeconômica, com a redução das desigualdades das classes sociais, e dos diferentes grupos societários, sendo tais desigualdades geradas pela economia de mercado (Bobbio, 2011). Para Levitsky

e Roberts (2011a) o principal objetivo desses governos é o de reduzir a desigualdade social e econômica, com ações no sentido de: redistribuir a riqueza e a renda para os grupos mais pobres; erodir hierarquias sociais; e reforçar a voz de grupos desfavorecidos no processo político, o que consubstancia a dimensão de maior envolvimento político e capacidade de vocalização desses grupos.

Nesse sentido, o que distingue a esquerda das outras forças políticas é a centralidade programática para as políticas redistributivas quando se alcança o poder, ou seja, os partidos de esquerda colocam a redistribuição e a igualdade social como prioridades na agenda política<sup>3</sup>. Esse seria o aspecto que unifica todos esses diferentes governos percebidos como de esquerda na América Latina, apesar de variações internas nessas classificações quanto às políticas sociais e econômicas adotadas, bem como às dinâmicas do poder de decisão e às relações e estruturas de autoridade envolvidas nesse processo.

A esquerda é tradicionalmente associada a posicionamentos programáticos que visam fomentar uma ampliação dos espaços decisórios, procurando reforçar principalmente, a participação política de grupos desfavorecidos e diminuir as formas hierárquicas de dominação que marginalizam os setores populares. Seja por meio de mecanismos de incidência direta, de inovações democráticas ou de instituições participativas, busca-se desenvolver a democracia para um formato mais participativa e/ou deliberativa (Avritzer, 2002; Pogrebinshi, 2013).

Entretanto, a ideia de participação política, bem como a sua dinâmica e repertórios de ação, foi adotada de forma distinta por esses países da América Latina. Essa distinção se dá muito pela forma como os partidos de esquerda chegaram ao poder e, posteriormente, como se caracterizou o seu próprio governo. Tanto a sua chegada quanto a manutenção do poder são marcadas por contextos de diferentes graus de institucionalização partidária; de constrangimentos internos e externos; da própria natureza do projeto de esquerda; e da concentração de autoridade no Poder Executivo (Luna, 2010; Levistky e Roberts, 2011a).

Diante dessas variáveis, adotaremos a tipologia abaixo proposta por Levistky e Roberts (2011a), que se baseia nas características organizacionais dos partidos governantes.

---

**3** Por esses motivos, Levistky e Roberts (2011) não consideram os casos do APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana, sob a presidência de Alan García (2006-2011) no Peru, como governos de esquerda.

Essa tipologia se dá sob duas dimensões analíticas: 1) a institucionalização do partido (partido estabelecido, ou novo partido/movimento); 2) o nível de concentração de poder (concentração de poder nas mãos de uma personalidade, ou dispersão do poder entre estruturas partidárias e redes de movimentos sociais) (Quadro 02). Essa tipologia nos guiará para a análise dos diferentes padrões de ação acerca do fenômeno da participação política nacional, uma vez que o *design* dessas variáveis institucionais pode incidir diretamente na dinâmica participativa (regular ou episódica); sobre seu escopo (o perfil dos participantes); sobre o modo de comunicação e decisão (como os cidadãos trocam informações e tomam decisões); a respeito da extensão da autoridade (relação entre deliberação e definição da agenda política); e etc. (Fung, 2003; 2006).

### Quadro 02 – Tipologia de Governos de Esquerda

	Partido Estabelecido	Novo movimento/partido
Autoridade Dispersa	Esquerda Partidária Institucionalizada	Esquerda Movimentista (MAS na Bolívia)
	<i>Esquerda profissional-eleitoral</i> (PSCh no Chile e PT no Brasil)	
	<i>Esquerda Orgânica de Massa</i> (FA no Uruguai)	
Autoridade Concentrada	Máquina Populista (Peronismo sob os Kirchner na Argentina)	Esquerda Populista (Chávez na Venezuela e Córrea no Equador)

Fonte: Levistky e Roberts (2011a, p. 13).

Dito isso, este artigo visa compreender as iniciativas que promovem a participação política empreendida pelos partidos de esquerda quando estes ascenderam ao poder nacional. Busca-se fazer uma reflexão crítica, com base na revisão bibliográfica, acerca da participação, olhando principalmente para as seguintes variáveis: sua *concepção e dinâmica* (institucionalizada; direta ou mobilização social); o *envolvimento da sociedade civil* (autônoma, dependente ou tutelada); e sua *forma e configuração* (corporativismo societal, radical, clientelista, mobilização social).

As variáveis acima se centram em questões mais amplas, como a relação Estado-Sociedade constituída, o modelo democrático predominante, e as novas roupagens da representação política, para além daquela designada como formal simbolizada pelas eleições periódicas (Almeida, 2015; Avritzer, 2009; Dryzek, 2004; Couto, 2009; Goldfrank, 2011). Pois, o espectro da esquerda usualmente esteve interligado à noção de

fortalecimento da democracia, que se baseia no aumento de oportunidades de participação popular e o reforço dos direitos de cidadania, principalmente o direito social (Yashar, 2011). Portanto, o artigo em questão concentra-se sob os seguintes casos de maneira comparativa: Brasil, Uruguai, Venezuela e Bolívia, com vistas a abranger de forma mais geral os *tipos-abstratos* presentes na tipologia acima, o que afeta a própria natureza da participação. Além disso, nas considerações finais, busca-se elucidar os desafios enfrentados por cada um desses países referente ao campo participativo e os apontamentos para novas agendas de pesquisa relativas a essa temática.

## 2. Esquerda e participação política: princípios e controvérsias

Com o processo de democratização, a ênfase na participação popular ganhou mais propulsão no discurso político e nas propostas políticas. Em outras palavras, a dimensão da participação e do engajamento dos cidadãos para momentos não eleitorais se associou com a própria ideia de democracia. Sendo assim, a democracia participativa foi uma alternativa tanto para o liberalismo, marcado por decisões políticas de cima pra baixo e tecnocráticas, quanto para a revolução violenta presente em movimentos de esquerda (Goldfrank, 2011).

Inicialmente a promoção de práticas participativas era mais focada em nível local, principalmente quando partidos de esquerda, ao adentrar nas regras do jogo da competição eleitoral, assumiram municípios importantes em seus países, na década de 1990, a exemplo da Frente Ampla em Montevideu e do PT em Fortaleza e Porto Alegre. Diante desse fenômeno se teve a criação de instituições participativas, como a experiência do Orçamento Participativo, iniciado em Porto Alegre sob a administração petista e que se expandiu ao longo do país e ao redor do mundo (Wampler, 2008)<sup>4</sup>; e os centros zonais comunais criados por Tabaré Vázquez quando ele assumiu a prefeitura de Montevideu (1990-1995), que advoga por uma descentralização administrativa com

---

**4** A difusão do Orçamento Participativo (OP) pode ser exemplificada por dois fatores principais: 1) o próprio alastramento de preceitos mais presentes na democracia radical, presentes nos partidos de esquerda; 2) uma visão mais tecnocrata e centrada, em que instituições internacionais, como o Banco Mundial, recomendam a adoção do OP como sinônimo de boa governança (Goldfrank, 2011; Pateman, 2012). O problema desse segundo aspecto é a perda da dimensão política da própria ideia de participação, o que Dagnino (2004) denomina de “confluência perversa”, em que os cidadãos muitas vezes são transvestidos para a concepção de cliente.

diálogos sobre decisões políticas entre associações de bairro e representantes do sistema político (Luna, 2009).

A adoção e difusão de mecanismos participativos locais se coadunam com princípios da *democracia radical*, na qual a participação dos cidadãos no processo decisório estimularia uma mudança gradual na cultura política, com o reconhecimento das pessoas como cidadãs e, assim, como sujeitos políticos portadores de direitos e que os reivindica (*direito a ter direitos*) (Santos e Avritzer, 2002; Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006). Segundo Cohen e Fung (2004) a democracia radical, ao combinar elementos participativos (atuação direta dos cidadãos na escolha pública) e deliberativos (processo reflexivo comum dos cidadãos, acerca da melhor forma de resolver determinado problema), pode impulsionar três valores políticos: controle público; igualdade; e autonomia política. Já para Levitsky e Roberts (2011a) a democracia radical se dá pela combinação de três categorias entre si: o respeito pelo pluralismo institucionalizado; a construção de novos canais de participação popular; e o apoio a uma relativa autonomia de mobilização de grupos sociais para fora da arena eleitoral<sup>5</sup>. Seguindo esses preceitos acima, as instituições participativas foram originalmente desenhadas e criadas para serem abertas aos cidadãos e que propiciasse o debate e a discussão política entre eles, para a definição de diretrizes e execução de políticas públicas no município em questão, o que poderia inibir a corrupção e o clientelismo, além de gerar melhorias dos serviços públicos.

Ao chegar ao poder nacional tinha-se a expectativa que os partidos de esquerda também adotassem experiências participativas no Executivo Nacional e que muitas dessas inovações democráticas desenvolvidas no âmbito local iriam "*scalled up*" para esse último âmbito.<sup>6</sup> Contudo, apesar de Lula, Vasquez, Chávez e Morales terem adotado, durante à campanha eleitoral, um discurso político de promoção e fomento da participação política, somente os dois primeiros podiam associar essa gestão democrática-popular de âmbito municipal, que ressalta a participação cidadã, a redistribuição e

---

**5** Interessante destacar que os autores não desenvolvem qual aspecto de autonomia de grupos sociais eles se referem prioritariamente para ela ser operacionalizada de forma "relativa", e se a própria criação de instituições participativas se assenta para normatizar certos discursos e ações da sociedade civil.

**6** Goldfrank (2011) pontua que, ao longo dos anos, também houve um enfraquecimento de atuação das próprias práticas participativas locais, iniciada quando o PT, em 2003 e a Frente Ampla, em 2005, chegaram ao poder nacional. Entretanto, o autor não desenvolve hipóteses explicativas para esse fenômeno: se seria o próprio esgotamento do desenho participativo; a própria vontade política do grupo gestor; da mudança dos vínculos e laços sociais desses partidos; a emergência de associações e entidades da sociedade civil que procuram atuar fora de interface política e social para com o aparato estatal; dentre outros.

a transparência, como exemplos de como eles iriam governar futuramente no âmbito nacional, ressaltando-as e reforçando-as. Pois, Evo Morales e Chávez emergiriam em um contexto de crise do sistema partidário e os seus partidos não haviam anteriormente se estruturado institucionalmente e nunca estiveram à frente de governos subnacionais. Desse modo, eles não poderiam ressaltar as poucas experiências participativas municipais já implementadas, uma vez que estariam tecendo elogios a grupos políticos de oposição. Por outro lado, governos da Bolívia e da Venezuela procuraram desenvolver experiências participativas que estabeleceriam rupturas com as instituições representativas anteriores, principalmente no caso venezuelano, atuando como base de apoio político dos governantes perante os opositoristas (Madrid, Hunter e Weyland, 2010).

Porém, um desafio ainda maior quando se pensa no desenvolvimento de políticas participativas nacionais se refere ao jogo de forças entre o envolvimento ampliado dos cidadãos e a representação eletiva, o que dificulta o nível de coordenação do tamanho da *policy*. Diante disso, muitas vezes, decorre da participação ser substituída por uma representação mais corporativa e setorial, o que em alguns casos se tornou predominante, como no Brasil e no Uruguai (Couto, 2009; Luna, 2009); ou uma representação de forma genérica, por vias que buscam a verticalização e formas mais burocratizadas e de controle, como aconteceu na Venezuela (Baggia, 2011; Sanjuán, 2009).

### 3. As Políticas de Participação Nacional em Perspectiva Comparada

Nessa seção iremos apresentar e fazer uma discussão analítica da configuração da participação adotada nesses quatro países (Brasil, Uruguai, Venezuela e Bolívia), buscando demonstrar as diferenças principais entre eles, para assim desenvolver uma tipologia genérica acerca do *design* e as formas de envolvimento político nesses países.

O modelo nacional participativo brasileiro se deu basicamente por três formas: a criação de conselhos nacionais de políticas públicas, especialmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (CDES); a promoção e expansão das conferências temáticas; e o processo de consulta sobre o orçamento público (PPA) (Amorim, 2015; Braga e Amaral, 2012). Porém, essas três formas se diferem em relação ao modo petista de governar, cuja promoção se iniciou com a administração municipal desse

partido, cunhado pelos princípios de inversão de prioridades (reduzir as desigualdades sociais; participação política; e transparência). A grande crítica às formas participativas petistas nos governos Lula e Dilma, é que elas possuem uma roupagem e composição mais corporativista, em que se tem negociações entre três atores (Estado, mercado e organizações trabalhistas) sobre decisões afetas às políticas públicas, ao invés de configuração mais ampliada de participação popular (Couto, 2009; Goldfrank, 2011).

O CDES foi criado no início do governo Lula (maio de 2003) com o objetivo de assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas e apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe fossem submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade (Lei nº10.683). Porém, a composição desse conselho foi marcada por desequilíbrios representativos, por ter mais representantes dos setores empresariais (metade dos representantes); limitada capacidade de atuação do conselho; e a própria ameaça à autonomia política da sociedade civil (Couto, 2009).

Já o PPA participativo se deu por meio de um processo consultivo, em que envolve um encontro do poder público com diversas ONGs, ao longo das 27 unidades federativas, para a construção e alocação do orçamento público federal. Os participantes eram divididos em subgrupos nos quais debatiam sobre a peça orçamentária, visando o alcance de três objetivos centrais: redução das desigualdades sociais; encorajamento do desenvolvimento sustentável; e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Entretanto, como ocorre com o CDES, os participantes eram selecionados pelos governantes, não sendo as reuniões abertas ao público, além de não permitir aos cidadãos participar das decisões vinculantes sobre o orçamento e políticas públicas (Goldfrank, 2011). Para Handlin e Collier (2011) a inabilidade do governo Lula em desenvolver as propostas advindas do Plano Plurianual, visando fomentar o empoderamento da sociedade civil na governança democrática, frustrou os participantes das associações civis e enfraqueceu a relação entre participação política e apoio ao Partido dos Trabalhadores (PT), algo que era forte anteriormente.

Por fim, se tem a realização das conferências temáticas, um “arranjo institucional de ascensão”, em que as discussões e decisões políticas entre os atores da sociedade civil e do poder público se iniciam no âmbito municipal, posteriormente passam pela esfera

estadual, chegando até o nível nacional, em uma tentativa de se desenvolver um sistema participativo e deliberativo (Avritzer e Sousa, 2013). No entanto, há algumas críticas quanto a efetividade deliberativa (Cunha, 2009) dessas conferências, vez que poucas delas possuem capacidade de controle, definição e implementação da agenda política e quanto ao caráter autônomo da participação da sociedade civil no processo tomado de deliberação pública, que desempenha uma participação mais tutelada (Lyra, 2012)<sup>7</sup>. Além disso, se tem uma discussão da baixa inclusão de vozes de grupos minorizados quando se chega às Conferências Nacionais, em que o foco do problema perpassa a questão da representação política discursiva e sua capacidade de exclusão e inclusão (Almeida, 2015).

Ao remeter os estudos de Teixeira (2013), tem-se que o estágio atual da participação política no Brasil se caracteriza pela *participação como escuta* (terceira fase)<sup>8</sup>, de caráter mais consultivo, que implica no pluralismo da representação de interesses e demandas da sociedade civil. Impulsiona-se a configuração de uma participação mais corporativista e representativa de interesses por meio de interfaces socioestatais como o PPA Participativo, o Conselhos Nacionais de Políticas Públicas, Reuniões com Grupos de Interesses, as Conferências Temáticas, dentre outras (Pires e Vaz, 2012). A participação se refere mais a uma interação e contato do cidadão com o Estado, do que propriamente um elemento procedimental e substantivo de deliberação pública em tomada de decisão compartilhada entre essas duas esferas.

Avritzer (2016) pontua que o projeto político participativo no Brasil, de maneira geral, era constituído por dois grandes componentes relativamente integrados entre si: a mobilização social, iniciada pelo processo das *Diretas Já*; e a participação institucionalizada em determinadas áreas de políticas públicas, como saúde e assistência social, que se consolidou após a Constituição de 1988. Desses dois componentes, apenas o segundo ganhou maiores contornos. Esse fato evidencia um esgotamento e a necessidade de repensar novos modelos de participação, o que pode ser exemplificado pelas mobilizações sociais que emergiram em junho de 2013 e se alastraram até o momento

---

**7** Adotamos essa concepção de uma relação mais tutelada para com a sociedade civil, o que vai contra os trabalhos de Avritzer (2009, 2012), que para ele se teria uma autonomia e interdependência nas instituições participativas.

**8** As outras duas fases seriam: a participação como uma forma de *emancipação social* (1975-1990), que se baseia na educação popular e cidadã com vistas à transformação social, representado pelos conselhos populares e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); a *participação como deliberação* (1991-2002), que se configura na discussão para a definição de uma agenda de política pública (gestão compartilhada), o que demonstra um novo formato relacional entre Estado e sociedade, que se traduz principalmente nos conselhos de políticas públicas e no orçamento participativo (Teixeira, 2013).

atual, o que, em certa medida, questionam e criticam o *policy cycle* e os serviços públicos ofertados. Para o autor, o que transparece nesse contexto é próprio isolamento da participação social perante o sistema político, o que pode gerar impasses nesse modelo participativo no que se refere à sua legitimação popular e até mesmo ao seu esgotamento, com uma mudança no seu padrão de ação.

A emergência de um novo padrão participativo pode estar assentada no que Bennet e Segerberg (2013) denominam de *lógica da ação conectiva*, em que se tem uma mudança de organização política da sociedade e sua forma de atuação, marcada por uma flexibilidade das identidades políticas e por uma *indivíduo-ação*. O envolvimento político se constrói mais em espaços informais, fluídos e em movimentos de redes, e menos em espaços organizados institucionalmente. Nesse sentido, impera-se a necessidade de repensar modelos e desenhos de participação e deliberação pública que visem atender a essa nova dinâmica política relacional.

Os pontos abordados acima também se coadunam com a política participativa desenvolvida no Uruguai, quando a Frente Ampla chega à presidência. Todavia, os resultados dessa política obtiveram um pouco mais de êxito devido à base social mais forte do partido uruguaio, principalmente junto ao movimento sindical e estudantil, se comparada à base social do Partido dos Trabalhadores (Handlin e Collier, 2011).

As iniciativas desenvolvidas por Vásquez se assemelham às práticas adotadas quando ele ocupou o cargo de prefeito de Montevidéu (1990-1995), como a presença local do presidente e do seu gabinete mediante a realização de encontros de forma pública e aberta em diversas localidades do Uruguai (Luna, 2009). A própria questão da dimensão territorial do país, e assim, a escala da participação, propicia esse tipo de dinâmica participativa que favorece uma deliberação do tipo face a face.

No entanto, pode-se dizer que as duas iniciativas participativas mais importantes adotadas pela Frente Ampla foram: os conselhos salariais; e o Conselho Nacional Econômico (CEN). Os conselhos salariais envolviam a atividade de negociação e barganha entre os sindicatos, setores empresariais e representantes do governo. Esses conselhos tiveram o êxito em algumas medidas, como o aumento do salário mínimo e a formalização das regras de trabalho. Além disso, esses conselhos possuíam uma representação mais qualitativa e equânime entre os seus membros, como a participação dos trabalhadores rurais e, posteriormente, de trabalhadores domésticos. Entretanto,

houveram críticas entre o empresariado sobre a sua baixa capacidade de vocalização, vez que esses espaços serviam apenas para ratificar um projeto definido anteriormente, e não, propriamente, para estabelecer acordos exequíveis ou consensos (Goldfrank, 2011).

O Conselho Nacional Econômico adota um modelo participativo semelhante à do CDES brasileiro, com um caráter consultivo acerca do orçamento e do desenvolvimento de políticas econômicas e sociais. Contudo, a escolha dos membros dos conselhos era feita pelas próprias entidades e não pelos governantes como acontecia no Brasil. Por outro lado, esse tipo de participação também se enquadra em uma configuração mais corporativista, apesar de um nível distinto, por possuir uma relação mais autônoma entre o Estado e a sociedade civil. De forma geral, as medidas participacionistas presentes no Uruguai estabeleceram uma combinação de forças entre dois polos: a implementação de iniciativas de participação e diálogo mais aberto, com promoção da cidadania; e a adoção de uma gestão mais verticalizada, com a subordinação do movimento social e do próprio partido ao processo de tomada de decisão, o que, em alguns momentos, gerou conflitos na relação do governo com a base e os quadros da Frente Ampla (Lanzaro, 2011; Luna, 2009). Todavia, esses conflitos gerados se deram em uma menor intensidade do que no Brasil e não chegou a provocar uma quebra de aliança dos movimentos sociais para com o Presidente Vázquez e posteriormente com Pepe Mujica, ao contrário do que aconteceu inicialmente com o Presidente Lula<sup>9</sup> (Goldfrank, 2011).

Em outro espectro, a Bolívia com Evo Morales adotou de forma mais contínua os mecanismos de democracia direta, como *recalls* e referendos. A adoção desses mecanismos se consolidou com a aprovação por referendo da nova Constituição do país em 2009 e está expresso nos Art. 7 (a soberania se exerce de forma direta) e Art. 11 (o Estado adota para seu governo a forma democrática participativa, representativa e comunitária). Além disso, a Constituição Boliviana se reafirma com um Estado Plurinacional, reconhecendo a identidade étnica e o multiculturalismo presente no país.

A administração de Morales também encorajou as mobilizações sociais e se engajou em um diálogo contínuo com os líderes das organizações e dos movimentos

---

<sup>9</sup> Deve-se ressaltar que o Uruguai é o país da América Latina que mais utilizou de mecanismos de democracia direta, como referendos, plebiscitos e iniciativas populares, que seria o regime mais democrático mais consolidado na região (Altman, 2005). A utilização se deu de forma mais acentuada a partir de 1989 que tomou uma forma mais reativa em que a sociedade civil utilizou tais mecanismos para frear ou rechaçar decisões do Parlamento (Lissidini, 2012).

sociais. Nesse último ponto, destacam-se as consultas regulares que eram feitas aos movimentos sociais por meio de assembleias e congressos e a criação da Coordenação Nacional para a Mudança (Conalcam), espaço compartilhado entre lideranças de movimentos populares, com membros do governo executivo e com parlamentares que se reúnem para discutir políticas públicas (Braga e Amaral, 2012; Madrid, 2011). Nesses pontos, a esquerda boliviana se aproxima da democracia do tipo radical (Levitsky e Roberts, 2011a). Essa aproximação se dá pela própria emergência do *Movimiento al Socialismo* (MAS), formado por *cocaleros*, movimentos indígenas, camponeses, que se estruturaram em um partido político de forma mais horizontalizada, e cujo presidente Evo Morales surgiu pela própria sociedade civil e não um *outsider* político (Levitsky e Roberts, 2011b).

Por outro lado, a administração de Evo Morales utilizou a participação política em vistas de reafirmar o apoio político que possui junto aos movimentos sociais como forma de intimidar a oposição política e outras crises de governo e transformar as instituições políticas existentes (Madrid, Hunter e Weyland, 2010; Levitsky e Roberts, 2011a). Somado a isso, tem-se que a chegada do MAS ao poder resultou no não envolvimento político direto das organizações sociais em postos chave na burocracia governamental, com alta concentração de poder em um pequeno quadro partidário, cuja escolha se dava mais por um vínculo pessoal do que uma relação política mais orgânica para com a sociedade civil (Tapia, 2009). Essa aceitação dos movimentos populares à essa prática governamental mais concentrada se dá muito pela função simbólica que Evo Morales possui dentro do movimento indígena e pelas práticas de democracia plebiscitária (Mayorga, 2009). A liderança política de Evo ganhou mais força ao longo dos anos dentro da própria organização partidária e evidencia-se pelo fato dele ser, simultaneamente, o atual dirigente máximo do MAS e o presidente da Bolívia. Esse fenômeno demonstra uma perda da base social desse partido e da própria autonomia da relação perante os movimentos sociais e populares, o que caracterizaria um caráter semiautônomo.

Apesar do governo de Morales ter respeitado os direitos humanos e as liberdades civis, com a realização de eleições livres e justas, o que aproxima a uma democracia de abordagem liberal, teve-se um enfraquecimento da dimensão do monitoramento entre os poderes (accountability horizontal) (Braga e Amaral, 2012; Madrid, 2011; Madrid, Hunter e Weyland, 2010). Por fim, mesmo com a ampliação dos mecanismos de democracia direta, observa-se que a esquerda boliviana não desenvolveu espaços ou inovações

participativas permanentes que permitissem um diálogo constante entre sociedade e Estado. Evo Morales procurou ampliar a própria democracia representativa (Tapia, 2009), exemplificado pela possibilidade de grupos étnicos minorizados, principalmente os indígenas, passassem a ter assentos no Congresso Nacional, ou seja, para que ocupassem cargos eletivos como deputados ou senadores *plurinominais*.

Por fim, a esquerda na Venezuela também adotou algumas medidas semelhantes ao caso boliviano, como a formulação de uma nova constituição nacional – *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* de 1999<sup>10</sup>. A nova constituição promulgada também ampliou os mecanismos de participação direta, como os referendos, plebiscitos e recalls (expresso principalmente pelos Arts. 70 a 74). Por outro lado, assim como Brasil e Uruguai, a Venezuela foi um dos países que mais introduziram formas de participação social (Amorim, 2015; Avritzer, 2009). Dentre essas formas, destacam-se os Círculos Bolivarianos, criados em 2001 e com participação estimada de 2,2 milhões de pessoas; os Comitês de Saúde, criado em 2003; os Comitês de Terra Urbana, também criados em 2003; e os Conselhos Comunais (CC) de 2006; e os Conselhos Locais de Planejamento Público (CLPPs), previsto na Constituição de 1999 (Art. 182) (Baggia, 2011; Goldfrank, 2011). Essas iniciativas procuravam criar uma nova institucionalidade, estabelecendo rupturas com as instituições democráticas existentes previamente (Levitsky e Roberts, 2011a) e ao mesmo tempo promover a participação popular nas políticas públicas, visando à inclusão e igualdade política entre os setores populares e o desenvolvimento dos indicadores sociais, por isso, os vultosos gastos envolvidos nessas políticas sociais (Sanjuán, 2009). Devido ao apoio do governo a essas iniciativas, percebem-se altos níveis de participação na Venezuela, mesmo entre opositores. Entretanto, como ressaltado por Handlin e Collier (2011), os conselhos de “governança participativa” se assemelham a um padrão de participação regulamentada, que fora impulsionado pelo Estado perante as associações de bairro quanto a sua forma e função.

Essa maior regulamentação da participação se deu principalmente a partir de 2005, quando o governo central decide por esvaziar os Conselhos Locais de Planejamento Público (CLPPs) e fortalecer os Conselhos Comunais (CCs) (Baggia, 2011; Braga e Amaral, 2012). Para Goldfrank (2011) a transição dos CLPPs para os CCs revela as diferenças de democracia radical, motivados pela experiência local, o clientelismo e as

---

<sup>10</sup> Assim como na Bolívia, a Constituição Venezuelana foi aprovada via referendo.

ideias ortodoxas de esquerda que vieram a predominar no governo Chávez. Para esse autor, o abandono dos CLPPs para os CCs se deu por dois motivos principais: 1) a proximidade das eleições presidenciais e, posteriormente, a criação de um novo partido pró-Chávez (Partido Socialista Unido da Venezuela – PSUV), que tem, nesse sentido, a necessidade de desenvolver ferramentas clientelistas de apoio; 2) os CCs foram uma saída para a ineficiência das CLPPs, que passaram a ter suas atribuições limitadas pelas instituições representativas (Poder Legislativo) e pela própria burocracia. Esse segundo ponto reflete uma concepção mais geral constantemente presente nos discursos de Chávez, em que as instituições democráticas previamente existentes seriam corruptas, ineficientes, ilegítimas e, por isso, a validade de se adotar estruturas políticas paralelas.

O poder político se concentrou mais nas mãos do Chefe do Executivo e, assim, diminuiu o formato da *accountability* horizontal. Segundo Goldfrank (2011), os canais participativos desenvolvidos por Chávez se sobrepõem ou contradiz um ao outro, em termos de modelos e objetivos da participação<sup>11</sup>. Tal fato demonstra a necessidade de repensar o *design* da participação, bem como a integração desses espaços dentro de um sistema participativo e deliberativo mais amplo. De forma geral, Avritzer (2009) classifica a Venezuela como uma participação política do tipo semi-institucional com padrão de cima para baixo. Diante disso, concordamos com Levitsky e Roberts (2011b) que também classificam a Venezuela como uma democracia plebiscitária, assim como no caso da Bolívia.

Depois de feita essa discussão dos quatro casos aqui examinados, busca-se fazer uma tipologia com foco na participação política desenvolvida nacionalmente, olhando sob as seguintes variáveis: *concepção e dinâmica* da participação (a maneira como ela acontece); *envolvimento da sociedade civil* perante o governo; e *forma e configuração* do engajamento da sociedade (o padrão e a natureza dessa participação). Essa tipologia tem a função de abarcar novas categorias de análise, além de atualizar aquela desenvolvida por Avritzer (2009), que consideramos estar defasada devido à própria contextualização histórica de quando ela foi feita e a não observação mais sistemática de novos formatos de ação coletiva e engajamento que a esquerda desenvolveu ao chegar ao poder nacional (Quadro 03).

---

**11** Segundo esse autor, as instituições participativas da Venezuela envolvem princípios de democracia radical, leninistas e clientelistas ao mesmo tempo.

### Quadro 03 – Participação Política Nacional

	Concepção e Dinâmica	Envolvimento da sociedade civil	Forma e Configuração
Brasil	Participação institucionalizada	Tutelada	Corporativismo societal
Uruguai	Participação institucionalizada	Semiautônoma	Corporativismo societal
Bolívia	Participação direta	Semiautônoma	Mobilização social
Venezuela	Participação semi-institucional	Dependente <sup>12</sup>	Clientelista/ Mobilização social

Fonte: Elaboração própria.

A tipologia acima se desenvolve com base em tipos-ideais e figura-se nos padrões de ação da participação política nacional de forma mais genérica e abstrata, entre os diferentes governos de esquerda na América do Sul. Isso significa que podem existir variações internas nessas variáveis. Percebe-se que nenhum dos quatro países desenvolveu uma participação política de formato *radical*. Isso se dá basicamente pela dificuldade de desenvolver políticas participacionistas quando se chega ao nível nacional (*scalled up*).

As variações sobre o modelo de participação política nacional adotado, referente às três categorias analíticas, se justificam pelos contextos políticos e institucionais diferentes presentes no Brasil, Uruguai Bolívia e Venezuela, por exemplo: a institucionalização do sistema partidário; a fragmentação política e poder da oposição; e as bases sociais partidária. Os dois primeiros, por terem passado por longos períodos de ditadura, fizeram com a esquerda adotasse uma postura de fortalecimento do sistema representativo democrático e transformasse a democracia liberal em certa medida como um fim em si mesmo, não fazendo rupturas com essas instituições e respeitando os pressupostos do pluralismo político. Tal fato favorece uma participação política mais estável, contínua e que tenha uma conexão entre participação e representação política, tendo a concepção da *participação institucionalizada*, de caráter corporativista, devido às próprias ligações que tanto a Frente Ampla quanto o PT possuíam com os sindicatos. Além disso, a presença de uma oposição política no Poder Legislativo impedia a formulação e implementação de políticas sociais e econômicas mais abruptas e com um tom que

**12** Por dependente entendemos o envolvimento da sociedade civil que necessita do suporte governamental para a relação da participação dentro desses “*invited spaces*”, em que o envolvimento dos cidadãos nesses espaços possui um caráter de respaldo político aos governantes, e que muitas vezes essa participação se configura de forma clientelista. Já a relação tutelada se dá pela definição de um desenho institucional que limita a atuação mais efetiva e inclusiva politicamente e socialmente por parte da sociedade civil nesses espaços.

aproximasse de “revolução esquerdista”. Nesse ponto, Lula apresentava um maior nível de oposição, enquanto Vázquez encontrou uma de aspecto intermediário.

Por outro lado, Evo Morales e Hugo Chávez chegaram ao poder em contextos de crise do sistema partidário, em partidos novos, seja emergindo da sociedade civil, no caso do MAS, ou criado diretamente por um líder político, como o PSUV de Chávez. Em ambos os governos houve a criação de novas Constituições, reforçando a democracia plebiscitária e tecendo rupturas com as instituições democráticas formais, principalmente pela fraca presença da oposição no Congresso Nacional. Assim, a configuração da participação se deu por meio da mobilização social de movimentos sociais e populares, o que acentuou uma polarização entre grupos políticos nesses dois países. O governo venezuelano criou várias instâncias participativas, mas nestas instâncias a sociedade civil não se opera por meio da deliberação pública, e sim pela mobilização e por pressões extra institucionais (Madrid, Hunter, Weyland, 2010), o que pode servir como uma forma de apoio e de respaldo político para o presidente em exercício. Por isso, na Venezuela a configuração da participação também apresenta um caráter clientelista.

Por fim, se tem a relação do governo com a sociedade civil nessas políticas de participação e sua forma de atuação: nesse quadrante há uma aproximação do Uruguai com a Bolívia, cuja relação é semiautônoma. Os dois partidos que estão no poder ainda possuem uma base social ligeiramente coesa, com ligações com movimentos sociais, estudantis e sindicais (esse último no caso da Frente Ampla). Ainda existe uma conexão do ideário da participação política com os dois partidos em seus respectivos países. Porém, o fortalecimento de determinado quadro partidário na relação entre Estado e Sociedade, fez com que o envolvimento da sociedade civil seja classificado como semi-autônoma. Enquanto isso, no caso brasileiro se tem a relação *tutelada*, devido ao desenho institucional desses espaços participativos que propicia uma participação mais restrita; a Venezuela possui o tipo *dependente* do patrocínio e do suporte governamental.

Desses quatro países, o Uruguai foi aquele que alcançou maior estabilidade democrática até os tempos atuais. Isso se dá por respeitar o pluralismo político institucional e pela Frente Ampla ainda conseguir manter os “*linkages*” com a sociedade civil em sua base. Já Venezuela e Bolívia, principalmente com fim do ciclo econômico das commodities e o crescente conflito e polarização entre grupos político, colocaram o próprio regime democrático em xeque. No caso brasileiro, de impasse democrático,

o regime atualmente está sofrendo um processo de crise, marcado por uma relação contenciosa entre o Executivo e Legislativo e por um crescimento de uma ideologia de direita mais conservadora. Contudo, de forma geral nesses quatro casos, a esquerda possui um desafio em comum: o de governar em contextos de colapso econômico, o que limita a própria ampliação das políticas sociais e, até então, era a marca política desses governos. Com esse fenômeno se tem a diminuição da credibilidade da esquerda perante os eleitores, devido à racionalidade do voto econômico e, assim, pode-se reiniciar um novo ciclo de caráter mais à direita no contexto latino-americano.

#### 4. Considerações Finais

O presente artigo procurou fazer uma discussão sobre a promoção da participação política nacional promovida pela esquerda, em quatro países distintos (Brasil, Uruguai, Bolívia e Venezuela), visando abarcar de forma mais transversal a tipologia de esquerdas na América Latina desenvolvida por Levistky e Roberts (2011a). Nesse artigo buscou-se estabelecer aproximações e diferenças entre os governos de esquerda sobre o campo da participação.

Tem-se que nenhum desses países conseguiu desenvolver uma democracia mais radical, que se expressava principalmente no governo local pelos governos de esquerda, como aconteceu em Porto Alegre e Montevideu, onde desenvolveram uma gestão pública mais democrática e participativa. Desses quatro países, acreditamos que a Bolívia era o país que possuía maior potencial para desenvolver esse modelo democrático (Levistky e Roberts, 2011a, 2011b; Madrid, 2011). Contudo, as políticas participacionistas bolivianas acabaram aderindo majoritariamente à uma forma plebiscitária, em lugar da operacionalização de inovações democráticas. Além disso, esse país procurou expandir a própria democracia representativa, ao permitir que grupos minorizados tivessem cadeiras garantidas na Assembleia Nacional.

Diante disso, temos uma aproximação do Brasil e do Uruguai com as políticas de participação nacional, por adotarem uma participação institucionalizada, marcado principalmente pelos Conselhos Nacionais de Políticas Públicas que, na mesma perspectiva de Cortes e Gugliano (2010), seriam espaços neocorporativistas. Entretanto, a relação com a sociedade civil se dá de forma diferente: tutelada no caso brasileiro,

para semiautônoma para o Uruguai (o que o aproxima para o caso boliviano). Por outro lado, tem-se o formato da participação por meio de mobilização social que acontece na Bolívia e Venezuela. Todavia, pelo fato da Venezuela ter criado instâncias semi-institucionais de participação e por elas atuarem de maneira verticalizada e, muitas vezes, com o objetivo de demonstrar apoio político ao Chefe do Executivo, seu formato também se aproxima do tipo clientelista.

Por fim, uma nova agenda de pesquisa pode ser explorada. Trata-se de deslocar as inovações democráticas desenvolvidas no poder Executivo Nacional para o Legislativo. Em outras palavras, deve-se pensar se o discurso em torno de um ideário de expansão da participação política também atravessou e se intensificou para dentro do Parlamento (e se sim, de que forma isso aconteceu), ainda mais devido à diferente relação entre Executivo e Legislativo presente nesses governos de esquerda, além de demonstrar as variações da ideia de representação política presentes nesse processo reflexivo.

Contudo, como dito na introdução desse artigo, a importância da participação política na América Latina mesmo com todos os seus problemas enfrentados,<sup>13</sup> pode diminuir substancialmente. Isso é devido à tendência de uma nova direita emergir nessa região, com o discurso de obtenção de serviços públicos com melhor qualidade, o que pode reforçar uma dimensão política mais tecnocrática e privatista. Basta ver os discursos de posse e os artigos de autoria do atual presidente do Brasil, Michel Temer (PMDB), ao procurar desenvolver o termo “democracia eficiente”.<sup>14</sup> Nesse sentido, a participação política poderia se desenvolver de forma trivial, mais simbólica, desconectada do processo decisório, envolvida em questões pouco relevantes (*decidir a cor do banco da praça*) (Fung, 2015), ou até mais esvaziada em sua dimensão política e de cidadania. Nesse sentido, aproximaríamos de um modelo de democracia gerencial (Tatagiba, 2003). Todavia, todo esse prognóstico é ainda muito intuitivo e especulativo no momento.

---

**13** Yashar (2011), por exemplo, aponta que os governos de esquerda, por meio de iniciativas participativas, ainda não souberam lidar principalmente com os direitos para o multiculturalismo e por uma política étnica (como aqueles que emergiram na Bolívia), e o direito de segurança cidadã, devido altos índices de violência presentes na América Latina. Desse modo, vislumbra-se a esquerda pensar para além dos direitos materiais de cidadania.

**14** A primeira vez que Michel Temer utiliza esse termo foi no dia 30/07/2013, em artigo publicado no site do Palácio do Planalto. Porém, Temer desenvolve mais suas ideias ao publicar o artigo “Por uma Democracia Eficiente” no Jornal Folha de São Paulo e na Fundação Ulysses Guimarães no dia 02/09/2013. Nesses escritos Temer cita que o legado deixado pelas Jornadas de Junho de 2013 seria a necessidade de se pensar políticas públicas mais qualitativas, e uma maior eficiência no gasto público por parte do Estado, e isso seria alcançado com a “democracia da eficiência”.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, D. 2015. *Representação além das eleições: repensando as fronteiras entre Estado e sociedade*. Jundiaí. Paco Editorial.
- ALTMAN, D. 2005. Democracia Directa en el continente americano: *¿Autolegitimación gubernamental o censura ciudadana?*. Política y Gobierno, Vol XII, Núm. 2, p. 203-232.
- AMORIM, A. M. C. 2015. *Democracia, governos de esquerda e participação política na América Latina: um olhar sobre a experiência brasileira e venezuelana*. Caxambu. Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS.
- AVRITZER, L. 2002. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton University Press. Princeton and Oxford, 202 p.
- \_\_\_\_\_. 2009. La nueva izquierda, La crisis de representación y La participación social en América Latina. In: ARSON, C. J. et all (orgs.) *La “Nueva Izquierda” en América Latina: derechos humanos, participación política, y sociedad civil*, p. 177-192
- \_\_\_\_\_. 2012. *Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política*. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 18, n. 2, p. 383-398.
- \_\_\_\_\_. 2016. *Os Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_; SOUZA, C. H. L. (orgs.). 2013. *Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Ipea.
- BAGGIA, F. 2011. *Os Mecanismos Participativos no Governo Chávez: contribuições e desafios da experiência venezuelana (1999-2010)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – Universidade de Brasília (UnB).
- BENNET, W. L.; SEGERBERG, A. 2013. *The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics*. Cambridge University Press.
- BRAGA, M. S. S.; AMARAL, O. 2012. *Governos de Esquerda e Qualidade da Democracia na América Latina: Notas de Pesquisa*. Águas de Lindóia. Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS.
- BOBBIO, N. 2011. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP.
- COHEN, J. e FUNG, A. 2004. Radical democracy. *Swiss Journal of Political Science*, p. 23-46.
- CORTES, S. V.; GUGLIANO, A. 2010. Entre neocorporativistas e deliberativos: uma interpretação sobre os paradigmas de análise dos fóruns participativos no Brasil. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 12, n. 24, p. 44-75.

- COUTO, C G. 2009. La participación irrelevante: una evaluación del gobierno Lula. In: ARSON, C. J et all (orgs.) *La "Nueva Izquierda" en América Latina: derechos humanos, participación política, y sociedad civil*. Latin American Program, p. 247-270.
- CUNHA, E. S. M. 2009. *Efetividade deliberativa: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006)*. Belo Horizonte. Tese de Doutorado em Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- DAGNINO, E. 2004. Construção Democrática, neoliberalismo e participação. *Revista Política e Sociedade*, n. 05, p. 139-164.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A J.; PANFICHI, A. 2006. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo. Editora: Paz e Terra, p. 13-92.
- DRYZEK, J. S. 2004. Legitimidade e economia na democracia brasileira. In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (orgs.). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. Editora 34: São Paulo – CEBRAP, p. 41-62.
- FUNG, A. 2003. Recipes for Public Spheres: Eight Institutional Design Choices and their Consequences. *The Journal of Political Philosophy*: volume 11, Number 3, p. 338-367.
- \_\_\_\_\_. 2006. *Varieties of Participation in Complex Governance*. *Public Administration Review*. Special Issue, December, p. 66-75.
- \_\_\_\_\_. 2015. *Putting the Public Back into Governance: The Challenges of Citizen Participation and Its Future*. *Public Administration Review*, p. 1-10.
- GOLDFRANK, B. 2011. The Left and Participatory Democracy: Brazil, Uruguay, and Venezuela. In: LEVISTKY, S.; ROBERTS, K. (orgs.). *The Resurgence of the Latin American Left*. The Johns Hopkins University Press, p. 162-183.
- HADLIN, S.; COLLIER, R. B. 2011. The Diversity of Left Party Linkages and Competitive Advantages. In: LEVISTKY, S.; ROBERTS, K. (orgs.). *The Resurgence of the Latin American Left*. The Johns Hopkins University Press, p. 139-161.
- LANZARO, J. 2011. Uruguay: A Social Democratic Government in Latin America. In: LEVISTKY, S.; ROBERTS, K. (orgs.). *The Resurgence of the Latin American Left*. The Johns Hopkins University Press, p. 348-374.
- LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. 2011a. Introduction: Latin America's "Left Turn": A Framework for Analysis. In: LEVISTKY, S.; ROBERTS, K. (orgs.). *The Resurgence of the Latin American Left*. The Johns Hopkins University Press, p. 1-29.

- \_\_\_\_\_. 2011b. Conclusion: Democracy, Development and the Left. In: LEVISTKY, S.; ROBERTS, K. (orgs.). *The Resurgence of the Latin American Left*. The Johns Hopkins University Press, p. 399-428.
- LISSIDINI, A. 2012. Democracia directa em Uruguay y Venezuela: nuevas voces, antiguos procesos. In: CAMERON, M. A.; HERSHBERG, E.; SHARPE, K. E. (orgs.) FLACSO. *Nuevas instituciones de democracia participativa en América Latina: la voz y sus consecuencias*. México, p. 235-271.
- LUNA, J. P. 2010. The Left Turns: Why They Happened and How They Compare. In: CAMERON, M. A.; HERSHBERG, E. (orgs.). *Latin America's Left Turn: Politics, Policies, and Trajectories of Change*. Lynne Rienner Publishers – Boulder London, p. 23-39.
- LYRA, R. P. 2012. As Conferências de Segurança Pública: da participação autônoma à tutelada. *Revista Política & Trabalho*, n. 37, p. 317-334.
- MADRID, R. 2011. Bolivia: Origins and Policies of the Movimiento al Socialismo. In: LEVISTKY, S.; ROBERTS, K. (orgs.). *The Resurgence of the Latin American Left*. The Johns Hopkins University Press, p. 239-259.
- MAYORGA, R. A. 2009. Sociedad civil y Estado bajo un populismo plebiscitario y autoritario. In: ARSON, C. J. et all (orgs.). *La “Nueva Izquierda” en América Latina: derechos humanos, participación política, y sociedad civil*. Latin American Program, p. 106-114.
- PATEMAN, C. 2012. *Participatory Democracy Revisited. Perspectives on Politics*: APSA Presidential Address, p. 7-19.
- PIRES, R.; VAZ, A. 2012. *Participação Social como Método de Governo? Um mapeamento das “Interfaces Socioestatais” nos Programas Federais*. Texto para Discussão, nº 1707, IPEA.
- POGREBINSHI, T. 2013. El giro pragmático de la democracia en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, p.1-25.
- SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. 2002. Introdução: Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 39-82.
- SANJUÁN, A. M. 2009. La esencia social de la revolución bolivariana en Venezuela: una mirada preliminar sobre sus fortalezas y debilidades. In: ARSON, C. J. et all (orgs.). *La “Nueva Izquierda” en América Latina: derechos humanos, participación política, y sociedad civil*. Latin American Program, p. 129-162.

- TAPIA, L. 2009. Representación, participación y democratización en las relaciones Estado – sociedad civil en Bolivia. In: ARSON, C. J. et all (orgs.) *La “Nueva Izquierda” en América Latina: derechos humanos, participación política, y sociedad civil*. Latin American Program, p. 115-128.
- TATAGIBA, L. F. 2003. *Participação, Cultura Política e Modelos de Gestão: A democracia gerencial e suas ambivalências*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, 182p.
- TEIXEIRA, Ana. C. C. 2013. Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, 174p.
- WAMPLER, B. 2008. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas? *Revista Opinião Pública*, vol. 14, n. 1, Campinas, p. 65-95.
- WEYLAND, K. 2010. The performance of Leftist Governments. In: WEYLAND, K.; MADRID, R.; HUNTER, W. (orgs.). *Latin America: Conceptual and Theoretical Issues*. Cambridge University Press, p. 1-27.
- YASHAR, D. 2011. The Left and Citizenship Rights. In: LEVISTKY, S.; ROBERTS, K. (orgs.). *The Resurgence of the Latin American Left*. The Johns Hopkins University Press, p. 184-212.

Recebido: 10/08/2016

Aceito: 5/11/2016